



câmara municipal
MIRANDA DO CORVO

EDITAL Nº 22

Revisão do Regulamento do Fundo de Apoio de Emergência Social do Município de Miranda do Corvo

ANTÓNIO MIGUEL COSTA BAPTISTA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO CORVO,

TORNA PÚBLICO que na sequência da revisão ao Regulamento de Apoio de Emergência Social do Município de Miranda do Corvo, foi aprovado novo Regulamento de Apoio de Emergência Social do Município de Miranda do Corvo, por deliberação da Assembleia Municipal, tomada em sua reunião ordinária, realizada em 30 de dezembro de 2013, sob proposta da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, aprovada em reunião ordinária realizada em 20 de dezembro de 2013.

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece as atribuições dos municípios relativas a ação social, em cooperação com instituições de solidariedade social e em parceria com a administração central, em programas e projetos de ação social de âmbito municipal, designadamente nos domínios do combate à pobreza e à exclusão social.

Malgrado todo o investimento efectuado, quer ao nível da implementação de políticas sociais ativas, existem ainda famílias que, no concelho de Miranda do Corvo, se debatem com problemas de carência económica, social e/ou habitacional.

Com esta noção, de que é necessário atuar em favor dos mais vulneráveis, atenuar a pobreza e a exclusão social e garantir o acesso a bens, serviços e recursos, para melhoria da qualidade de vida e coesão social dos cidadãos do concelho, cumprindo uma das muitas atribuições do Concelho, patente no texto da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o Município de Miranda do Corvo pretende implementar medidas de apoio a estratos sociais desfavorecidos deste concelho, pelo que se elabora o presente regulamento, que se constitui como instrumento que permitirá a materialização desta intenção.

Nos termos ao art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, nomeadamente nos termos da alínea v) n.º 1 do art.º 33.º compete à Câmara Municipal "Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal"

Sendo que compete à Assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, "aprovar as posturas e regulamentos com eficácia externa do município", pelo foi elaborado o seguinte regulamento onde estão definidas as áreas de atribuição, as condições de elegibilidade, compromissos a assumir, bem como a forma de candidatura às várias áreas que corporizam a medida.

Artigo 1.º

Lei Habilitante



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008

Procedimento de avaliação do sistema de gestão da qualidade, realizado de acordo com a norma EN ISO 9001:2008, emitido pela AENOR, em 12 de setembro de 2008, com validade até 12 de setembro de 2011.

câmara municipal
MIRANDA DO CORVO
www.cm-mirandadocorvo.pt





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

O presente regulamento é elaborado ao abrigo do disposto nos artigos 112º e 241º da Constituição da República Portuguesa, em conformidade com o disposto na alínea g) do artigo 25º, nas alíneas v) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e de acordo com o estabelecido nas alíneas h) e i) do n.º 2 do artigo 23º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 2º

Âmbito e Objecto

1) O presente regulamento visa a prestação de apoios, nomeadamente de ordem pecuniária, aos estratos sociais mais desfavorecidos do concelho de Miranda do Corvo, de forma autónoma e/ou em articulação/complementaridade com as restantes Instituições e respostas existentes no terreno e com as entidades integrantes da Rede Social do Município.

2) Para efeitos do número anterior, consideram-se as seguintes áreas de apoio: Saúde; habitação, educação, subsistência, deficiência/ incapacidade, apoios pontuais a situações de emergência que não se enquadrem nas restantes áreas de atuação.

Artigo 3º

Natureza dos Apoios

1) Os apoios previstos no presente Regulamento têm um carácter pontual e são destinados a pessoas ou agregados familiares que se encontrem em comprovada situação de carência económica prevenindo o agravamento da situação de risco social em que estas se encontram, promovendo a inclusão através dos princípios de subsidiariedade e complementaridade com as e respostas sociais concelhias e iniciativas desenvolvidas no âmbito da Rede Social do Município de Miranda do Corvo.

2) Os montantes a atribuir a título de subsídio constarão das Grandes Opções do Plano e as verbas inscritas no Orçamento Anual Municipal.

Artigo 4º

Definições

1) Estratos Sociais desfavorecidos ou dependentes - Os indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, em relação aos quais se verifiquem as condições estabelecidas no presente regulamento, e cujos rendimentos per *capita*, depois de deduzidas as despesas enunciadas no n.º 3 do artigo 8.º, não sejam superiores à pensão social do regime não contributivo da segurança social;

2) Agregado familiar - Conjunto de pessoas ligadas entre si por vínculo de parentesco, casamento, afinidade ou outras situações similares, reportando-se à situação de pessoas que vivem em comunhão de mesa e habitação e tenham estabelecido uma vivência em comum de entreaajuda ou partilha de recursos.

3) Rendimentos - Valor mensal resultante da soma de todos os recursos do agregado familiar, passíveis de tradução em numerário, designadamente dos provenientes de trabalho e bens imobiliários; pensões; prestações complementares e outras; subsídios de desemprego; subsídio de doença; bolsas de estudo e de formação; indemnizações ou prestações mensais de seguradoras, entre outras. Não são consideradas, para efeito do cálculo



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0129/2008

Procedimentos de trabalho e sistemas de gestão da qualidade de acordo com a norma EN ISO 9001:2008, emitido pelo AENOR, para o Município de Miranda do Corvo.

câmara municipal
MIRANDA DO CORVO
www.cm-mirandadocorvo.pt





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

cãs Rendimento Mensal, as prestações por encargos familiares, no caso o Abono Pré-natal com e sem majoração, Abono de Família para Crianças e Jovens, com e sem majoração, as prestações complementares como o Montante Adicional ao Abono Família para Crianças e Jovens, Bonificação por Deficiência para Crianças e Jovens, as Bolsas de Estudo, as pensões atribuídas aos elementos do agregado familiar portadores de deficiência comprovada.

4) Rendimento per capita - É o indicador económico que permite conhecer o poder de compra de um agregado familiar, sendo calculado através da fórmula indicada no n.º 4, do artigo 5º.

5) Despesas dedutíveis - Caracterizando-se esta medida pelo apoio pecuniário pontual para situações de emergência social, são dedutíveis as despesas mensais de consumo, com carácter permanente e indispensável, nomeadamente: encargos de saúde não reembolsados, renda ou amortização de habitação, água, eletricidade, gás e transporte ou em montantes equivalentes ou outros de acordo com o definido no na 3 do artigo 8º.

Artigo 5º

Condições de Atribuição

Podem requerer a prestação de apoios, no âmbito do presente regulamento indivíduo/família viver numa condição sócio económica desfavorável resultante de fatores externos à sua vontade e que reúna cumulativamente os seguintes requisitos e condições;

- 1) Idade igual ou superior a 18 anos;
- 2) Residência no concelho de Miranda do Corvo há, no mínimo, um ano e recenseamento no Concelho.
- 3) Não auferir rendimento per capita, apurado no conjunto dos membros do agregado familiar, seja igual ou inferior aos valores das percentagens constantes no quadro seguinte:

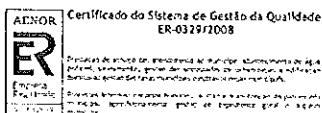
Número de elementos do agregado familiar	Rendimento Per Capita Máximo
Um elemento	50% do IAS
Dois elementos	45% do IAS
Três elementos	40% do IAS
Quatro ou mais elementos	35% do IAS

4) A avaliação da situação económica do agregado familiar é realizada através do cálculo do Rendimento Mensal Per Capita que obedece a aplicação da seguinte fórmula:

$RPC = (RF - D) / (12 \times N)$, sendo:

RPC= Rendimento Per Capita;

RF= Rendimento Líquido anual do Agregado Familiar;





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

D= Despesas fixas devidamente comprovadas;

N = Numero de elementos do agregado familiar;

5) Fornecer todos os meios probatórios solicitados no âmbito da instrução do processo, nomeadamente ao nível da avaliação patrimonial, financeira e económica do requerente e restantes membros do agregado, permitindo aos serviços camarários o acesso a todas as informações relevantes e necessárias à cabal apreciação do pedido m articulação com as entidades integrantes da Rede Social de Miranda do Corvo.

6) Serão consideradas, excecionalmente, situações de rendimentos superiores aos previstos na alínea 3) deste artigo, desde que verificadas despesas de saúde avultadas, ou outras devidamente comprovadas, ou ainda se a cargo do agregado familiar se encontrar um indivíduo portador de deficiência, ou indivíduo em situação de dependência que implique para o mesmo um acentuado esforço financeiro ou outras situações de excecionalidade devidamente analisadas pelo Gabinete de Ação Social da Autarquia.

Artigo 6º

Fundo de Maneio

Para fazer face às situações em que é necessário uma intervenção imediata, constitui-se um Fundo de Maneio no valor de 300 euros que deverá obedecer ao previsto no Regulamento dos Fundos de Maneio, sendo controlado pelo dirigente da unidade onde se insere a Ação Social, na sua falta, pelo Presidente ou Vereador que tenha a competência respetiva.

Artigo 7º

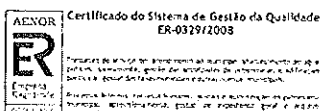
Tipologia de Apoios

1. O apoio a prestar é de carácter excecional, analisados de forma casuístico e é dirigido aos indivíduos e famílias em situação de carência económica.

Os apoios a atribuir têm os seguintes campos de aplicação: calamidades (incêndios, inundações, etc.); eventualidades (doença, invalidez, ruptura familiar, etc.); situações de carência estrutural (desemprego, insuficiência económica, problemas habitacionais, etc.), famílias com crianças e jovens a cargo em situação de risco; idosos em risco ou outras que se enquadrem nos critérios definidos no presente regulamento.

2. Para efeito do número anterior os apoios a atribuir podem revestir os seguintes tipologias, áreas:

- a) Apoio no pagamento de despesas de habitação (renda ou empréstimo para aquisição de habitação própria ou empréstimo bancário para obras de recuperação);
- b) Apoio para aquisição de bens essenciais (géneros alimentares e outros bens indispensáveis);
- c) Apoio no pagamento de despesas de pagamento de eletricidade, gás, água;
- d) Apoio no pagamento de despesas de saúde nomeadamente de medicação crónica, e/ou outra atestada clinicamente como necessária ou equipamento e/ou material de ajudas técnicas, concedido após articulação com o centro distrital de segurança social ao nível do apoio em ajudas técnicas.





câmara municipal
MIRANDA DO CORVO

e) Apoio à recuperação habitacional, através da atribuição de materiais para obras de beneficiação ou apoio para pequenas reparações, quando as habitações estejam comprometidas as condições mínimas de habitabilidade. Esta comparticipação está sujeita a uma avaliação dos Serviços Técnicos Municipais.

f) Apoio no pagamento de custas, em processo de ligação domiciliária de água, incluindo a ligação do contador, quando a melhoria habitacional passe por dotar a habitação desta infra-estrutura.

g) Apoio no pagamento de custas em pedido de prolongamento de conduta, no caso da ligação da água exigir este tipo de ação.

h) Apoio no pagamento de custas em pedido de ligação ao saneamento, nas situações em que se mostre imprescindível de forma a garantir as condições de salubridade mínimas.

i) Apoio para aquisição de material escolar ou outras despesas de educação.

j) Apoio no pagamento de mensalidades de creches/jardim-de-infância ou refeições escolares.

k) Apoio para transportes em situação de emergência nomeadamente nas situações de agregados acompanhados no âmbito da CPCJ, transporte de vítimas de violência, ou por situações relacionadas com deslocações para tratamentos médicos.

l) Outras situações consideradas relevantes, analisadas de acordo com a especificidade da situação apresentada pelo munícipe e devidamente avaliadas ao nível social.

m) Os apoios previstos no regulamento não podem ultrapassar o limite máximo num anual, a contar da data do primeiro pedido, constantes no quadro seguinte:

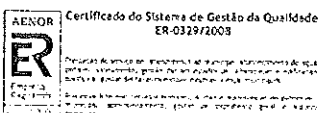
Número de elementos do agregado familiar	Percentagem máxima considerada
Um elemento	0,9% do IAS
Dois elementos	1,1 % do IAS
Três elementos	1,3% do IAS
Quatro ou mais elementos	1,5% do IAS

n) Os valores estipulados no quadro anterior poderão ser ultrapassados em situações de comparticipação/apoio em obras ou pequenas reparações ao nível habitacional ou outras devidamente justificadas.

Artigo 8º

Instrução do Processo

1) Os munícipes interessados e que se encontrem nas condições previstas nos artigos 2º e 53 do presente regulamento, deverão dirigir-se ao Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal, para abertura do processo de Ação Social e posterior análise técnica.





câmara municipal
MIRANDA DO CORVO

2) Para análise do processo deverão ser apresentados os seguintes documentos, bem como todos aqueles que mediante a especificidade do caso, os serviços entendam ser conveniente solicitar:

a) Formulário de candidatura, fornecido pelos serviços camarários, devidamente preenchido e assinado;

b) Declaração (constante do formulário de candidatura) do requerente, sob compromisso de honra, da veracidade das informações prestadas ao longo do processo;

c) Atestado de residência emitido pela Junta de Freguesia da área de residência, comprovando que o requerente reside no Concelho de Miranda do Corvo há pelo menos um ano, o recenseamento no concelho e composição do agregado familiar. Este documento terá a validade de um ano após a sua emissão.

d) Fotocópia do Bilhete de Identidade e/ou Cartão de Cidadão, Cartão de Contribuinte e de Beneficiário do requerente e de todos os membros do agregado familiar;

3) Documentos comprovativos das despesas mensais de todos os membros do agregado familiar do requerente nomeadamente:

a) Recibo de renda de casa ou declaração da instituição bancária, ou documento similar comprovativo da amortização de capital e juros de crédito contratado para aquisição, construção, ou obras em habitação própria permanente;

b) Despesas mensais com água, luz, gás e telefone, não devendo ser contabilizado valor superior a: Água: Elemento presente: 15 €, Luz: Elemento presente: 17€, Gás: Elemento presente: 15 €. Anualmente os plafonds deverão ser acrescidos da taxa de inflação estabelecida;

c) Despesas com saúde nomeadamente com a aquisição de medicamentos e/ou outros tratamentos de uso continuado;

d) Despesas com Transportes, considerando a despesa com transportes públicos para: trabalho - considerar passe social nas situações em que não haja transportes públicos ou quando estes não cubram os horários de trabalho escola - considerar o passe social a partir do 10º ano;

e) Despesas relacionadas com situações de doença que exijam deslocações frequentes para tratamento - considerar passe social ou bilhete diário de ida e volta;

f) Despesa com frequência de equipamento de infância ou ama legalizada não devendo ser considerado valor superior a cem euros por criança;

g) Despesa com frequência de lar de idosos não devendo ser considerado valor superior ao Salário Mínimo Nacional por elemento;

h) Despesas com frequência de equipamentos para a deficiência - considerar a despesa mensal;

i) Despesas com educação nomeadamente material escolar, propinas ou outras;

j) Na determinação dos recursos do requerente, podem ser ainda tidos em consideração, mediante situação apresentada, os rendimentos dos familiares diretos de grau ascendente ou descendente.



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008

Processos de gestão da qualidade em empresas, organizações e serviços
Sistema de Gestão da Qualidade em empresas, organizações e serviços
Sistema de Gestão da Qualidade em empresas, organizações e serviços

câmara municipal
MIRANDA DO CORVO
www.cm-mirandadocorvo.pt





câmara municipal
MIRANDA DO CORVO

4) Documentos comprovativos de todos os rendimentos auferidos pelos membros do agregado familiar do requerente nomeadamente:

a) Última declaração IRS e/ ou fotocópia do último recibo de vencimento, pensão, dos elementos que se encontrem nessa situação; subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego, declaração do rendimento social de inserção, ou outros.

b) Quando se considere necessário, para melhor instrução do processo de candidatura, podem ser requeridos outros documentos necessários à cabal análise da mesma ou pode o requerente juntar mais elementos de prova da sua condição sócio económica.

c) Quando já exista processo social no Gabinete de Ação Social da Câmara Municipal ou noutra entidade/instituição da Rede Social de Miranda do Corvo, o requerente fica dispensado da apresentação dos documentos que fazem parte deste, juntando apenas os que se considerem necessários para avaliação, que encontrem em falta ou que resultem de alteração das condições sócio económicas ou do agregado familiar.

d) Sempre que se registe a alteração dos rendimentos declarados ou situação patrimonial do requerente deve este facto ser comunicado ao Serviço de Ação Social da Câmara Municipal.

e) Sempre que haja fundadas dúvidas sobre os rendimentos efetivamente auferidos pelos agregados familiares ou sobre a veracidade das declarações de rendimentos assim como sinais exteriores de riqueza dos requerentes ou familiares diretos (de grau ascendente ou descendente) com responsabilidade no apoio económico do requerente, serão feitas as diligências complementares que se considerem mais adequadas ao apuramento das situações, corrigindo o usufruto indevido do direito a beneficiar do Fundo de Emergência Social.

Artigo 9º

Análise e Avaliação do Processo

1) A análise do processo de candidatura cabe aos serviços de Ação Social da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, que elaborará processo individual e relatório social sobre a situação socioeconómica do requerente e agregado familiar com respetiva emissão de parecer técnico e proposta de apoio ou de indeferimento e respetivas razões de indeferimento.

2) Sempre que, das declarações constantes do formulário e dos documentos probatórios apresentados, se possa concluir, objetivamente, pela inexistência do direito ao apoio, deve ser elaborada informação para despacho, da qual conste a proposta de indeferimento liminar,

3) O diagnóstico elaborado pelos serviços de ação social deverá ter por base, quer a análise documental realizada, quer entrevista ao requerente ou outros elementos do agregado familiar assim como diagnósticos sociais realizados pelos Serviços de Ação Social do Concelho assim como elementos constante dos mesmos.

4) O diagnóstico social poderá, sempre que necessário a cabal análise do processo, ser complementado com visita domiciliária ou outras diligências que se entendam indispensáveis à confirmação dos dados fornecidos pelo requerente e ao complemento da informação/relatório social.



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-03/29/2008

Parâmetros de serviço de atendimento ao cliente. Atendimento de água
quente, frio, quente, quente das aplicações de energia e de energia
paralela, energia de aquecimento e energia de energia.

câmara municipal
MIRANDA DO CORVO
www.cm-mirandadocorvo.pt





câmara municipal MIRANDA DO CORVO

5) A Câmara Municipal reserva-se o direito de solicitar ao Instituto da Segurança Social, IP e/ou outras instituições que atribuem benefícios, donativos ou subsídios para os mesmos fins, todas as informações que considere necessárias para a avaliação do processo.

6) Nas situações pontuais de calamidade, resultantes de incêndio, temporal ou outras, a Câmara Municipal articular-se-á, através do Serviço Municipal de Proteção Civil, com entidades competentes no sentido de prestar o apoio necessário.

Artigo 10º

Decisão

1) Reunidos todos os elementos do processo de candidatura às medidas de apoio a situações de emergência social, previstas no presente Regulamento, compete ao Presidente ou Vereador com competências delegadas para o efeito, deliberar sobre a candidatura, aprovando ou não o apoio social a atribuir e os montantes a conceder, sempre que aplicável.

2) Mensalmente, o Presidente ou Vereador com competências delegadas, apresentará à Câmara Municipal relatório com informação sobre os apoios concedidos.

3) Para o disposto nos números anteriores, devem as decisões ter como suporte o relatório social.

4) Nas situações de indeferimento, os munícipes têm 10 dias úteis para apresentar provas, por escrito, que possam refutar a decisão, ao abrigo do Código de Procedimento Administrativo.

Artigo 11º

Verificação da Execução do Regulamento

A entidade com competência para fiscalizar o cumprimento das normas constantes no presente regulamento é a Câmara Municipal de Miranda do Corvo.

Artigo 12º

Restituição de Apoios Indevidos

1 - Deverão ser restituídos todos os apoios atribuídos indevidamente, com base neste regulamento, considerando como tal os apoios concedidos com base em falsas declarações e/ou na omissão de informações exigidas.

2 - Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a prestação de falsas declarações ou a omissão de informações determina o impedimento de acesso a apoios futuros.

Artigo 13º

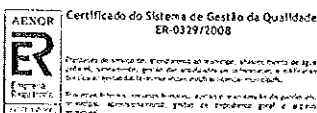
Omissões

As omissões do presente regulamentos serão supridas por deliberação da Câmara Municipal.

Artigo 14º

Entrada em vigor

O presente regulamento terá que ser aprovado em sessão de Câmara e Assembleia Municipal e entrará em vigor 15 dias após a sua publicação em Diário da República ou em Edital.





câmara municipal
MIRANDA DO CORVO

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume e ainda no sítio www.cm-mirandadocorvo.pt

E eu, Fazilene Rodrigues, Chefe de Divisão da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, o subscrevi.

Miranda do Corvo, 14 de janeiro de 2013

O Presidente da Câmara,

António Miguel Costa Baptista,



Certificado do Sistema de Gestão da Qualidade
ER-0329/2008

Procedimentos de gestão dos serviços municipais, abrangendo os setores de: urbanismo, saneamento, gestão dos resíduos sólidos e resíduos líquidos, serviços gerais da administração municipal e serviços de apoio.

câmara municipal
MIRANDA DO CORVO
www.cm-mirandadocorvo.pt

